

A IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA E DA INDUSTRIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA PRELIMINAR

Adriano Amaro de SOUSA¹

Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC Itaquaquecetuba-SP

Resumo

Como citar:

SOUSA, A. A. de. O desenvolvimento econômico no Brasil: uma revisão bibliográfica preliminar. *Revista Geografia em Atos* (Online), v. 6, Ano 2022, p.1-18

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2022.8252>

Recebido em: 2020-12-07

Devolvido para correções: 2021-02-24

Aceito em: 2021-03-08

Publicado em: 2022-10-17

A concentração industrial no Brasil se originou a partir de 1860 a 1880 no Estado de São Paulo, durante o ciclo de expansão das exportações de café, que foi o motor primário da acumulação de capital. Nesse sentido, o artigo apresenta uma radiografia do panorama da indústria e da industrialização no Brasil, tendo como eixo condutor a geografia histórica da produção material, através de uma revisão bibliográfica. Nele o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da industrialização no período de 1930/80, teve no Estado o fator que estimulou a transferência do capital agrário para a indústria através de investimentos em infraestrutura e políticas econômicas via *substituição de importações*. Posteriormente, nos anos 1990 o Estado procurou combater a inflação e controlar a dívida externa para a retomada do crescimento econômico. Entraram em cena as políticas neoliberais: a) abertura da econômica e comercial; b) desregulações dos mercados pela privatização das empresas públicas e pelas fusões/aquisições de empresas. Assim, as empresas nacionais tiveram que aumentar a sua capacidade produtiva e tecnológica, devido à competitividade com as empresas estrangeiras, chegando sólidas ao século XXI.

Palavras-chave: indústria; industrialização; Estado; substituição de importações e desenvolvimento.

¹Doutor em Geografia pela Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP-FCT Câmpus Presidente Prudente-SP). Professor da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC Itaquaquecetuba-SP). E professor da ETEC Albert Einstein (Casa Verde/São Paulo-SP).

E-mail: adramaro@yahoo.com.br

OrcidID: <https://orcid.org/0000-0001-7724-0457>

THE IMPORTANCE OF INDUSTRY AND INDUSTRIALIZATION FOR ECONOMIC DEVELOPMENT IN BRAZIL: A PRELIMINARY BIBLIOGRAPHIC REVIEW

Abstract

Industrial concentration in Brazil originated from 1860 to 1880 in the State of São Paulo, during the expansion cycle of coffee exports, which was the primary driver of capital accumulation. In this sense, the article presents a radiograph of the panorama of industry and industrialization in Brazil, having as a guiding the historical geography of material production, through a bibliographic review. In it, the development of Brazilian capitalism and industrialization in the 1930/80 period, had the factor in the State that stimulated the transfer of agrarian capital to industry through investments in infrastructure and economic policies via import substitution. Subsequently, in the 1990s, the State sought to combat inflation and control the external debt in order the resume economic growth. Neoliberal policies came on the scene: a) opening up the economic and trade; b) deregulation of markets through the privatization of public companies and mergers/acquisitions of companies. Thus, national companies had to increase their productive and technological capacity, due to the competitiveness with foreign companies, reaching the XXI century solidly.

Keywords: Industry; Industrialization; State; Import substitution; Development.

LA IMPORTANCIA DE LA INDUSTRIA Y LA INDUSTRIALIZACIÓN PARA EL DESARROLLO ECONÓMICO EN BRASIL: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA PRELIMINAR

Resumen

La concentración industrial en Brasil se originó entre 1860 y 1880 en el Estado de São Paulo, durante el ciclo de expansión de las exportaciones de café, que fue el principal impulsor de la acumulación de capital. En este sentido, el artículo presenta una radiografía del panorama de la industria y la industrialización en Brasil, teniendo como eje rector la geografía histórica de la producción material, a través de una revisión bibliográfica. En él, el desarrollo del capitalismo y la industrialización brasileños en el período 1930/80, tuvo en el Estado el factor que estimuló la transferencia de capital agrario a la industria a través de inversiones en infraestructura y políticas económicas via sustitución de importaciones. Posteriormente, en la década de los noventa, el Estado busco combatir la inflación y controlar la deuda externa para la reanudación Del crecimiento económico. Las políticas neoliberales entraron en escena: a) apertura económica y comercial; b) desregulación de mercados por privatización de empresas públicas y fusiones/adquisiciones de empresas. Así, las empresas nacionales debieron incrementar su capacidad productiva y tecnológica, debido a la competitividad con empresas extranjeras, alcanzando solidez en el siglo XXI.

Palabras clave: Industria; Industrialización; Estado, Sustitución de importaciones; Desarrollo.

Introdução

A indústria no Brasil começou na metade do século XIX, em diversas regiões do país, de forma fabril-artesanal. Mas, esse processo produtivo industrial, segundo Niveau (1969, p. 15), teve sua gênese na Inglaterra que foi “o berço da sociedade industrial¹ capitalista, [...] que ofereceu a Marx um campo privilegiado de observação, sobre o qual lhe foi possível fundar sua doutrina” balizada nas relações de capital e trabalho (mais-valia). A Primeira Revolução Industrial aconteceu a partir de 1750 devido à invenção da máquina de fiar, que passou a produzir os produtos têxteis, em quantidade bem maior para os consumidores. Portanto, a indústria de bens de consumo não-duráveis (alimentos, vestuários e bebidas), na qual incluímos a produção têxtil, também, foi a base da origem dinâmica industrial no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Esse processo produtivo pelas máquinas e pelo capital teve centralidade e comando na cidade de São Paulo/SP e na sua hinterlândia (SOUSA, 2010ab).

De modo geral, esse artigo buscou apresentar a importância da indústria e da industrialização para Brasil, tendo com eixo condutor a histórica da produção material pela burguesia nacional e pelo Estado, através de uma breve revisão bibliográfica. Analiticamente, visualizamos esse processo pelo viés do desenvolvimento econômico do país centrado nos conceitos de *industrialização artificial*, de *choques adversos*, de *industrialização restringida* e de *industrialização substitutiva de importações*. Assim, o artigo está dividido em três momentos, sendo o primeiro uma interpretação sobre as origens das indústrias no Brasil pelas interpretações de Suzigan (1986); já no segundo momento analisamos a indústria brasileira (1930-55) permeada pelo conceito de *industrialização restringida* em Melo (1998); e, por fim, uma síntese da industrialização brasileira antes e depois do processo de *substituição de importações*.

As origens das indústrias no Brasil

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma

¹ O capitalismo industrial teve início na metade do século XVIII no momento em que a indústria foi predominante na atividade econômica capitalista. Suas principais características foram: produção em série, divisão técnica do trabalho, trabalho assalariado, propriedade privada, consumo de massa, invenções, inovações, entre outras. De modo geral, o capitalismo industrial esteve centrado na produção de mercadorias cujo objetivo era transformar os recursos naturais em produtos “artificiais” de valor agregado, gerando, assim, a acumulação de capital (NIVEAU, 1969).

tarifária de 1844, as primeiras manufatureiras têxteis modernas e, ainda em 1910, o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se nessa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial (FURTADO, 1972 *apud* SZMERCSÁNYI, 2002, p. 5).

Nessa perspectiva, a concentração industrial no Brasil originou-se de 1860 a 1880 no Estado de São Paulo, basicamente pela expansão da economia exportadora de café. Segundo Suzigan (1986), a gênese do capital industrial nacional ocorreu nesse período (1880/1929) durante o ciclo de expansão das exportações de café, ou seja, a base dos ciclos do café foi o motor primário da acumulação de capital.

Para o autor supracitado, há quatro interpretações principais a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola exportadora: a) a teoria dos *choques adversos*; b) a industrialização liderada pela expansão das exportações; c) o desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro; d) a industrialização promovida pelo governo - como iremos discutir a seguir.

A primeira interpretação se deu pela *teoria dos choques adversos* que surgiu principalmente da crise no setor exportador brasileiro, sobretudo das dificuldades impostas nos períodos da Primeira e Segunda Guerra Mundial, pelas crises econômicas internacionais. Os *choques adversos* afetaram o setor exportador em virtude dos aumentos dos preços relativos à exportação. Em resposta à crise, o governo fomentou o crescimento econômico interno através das indústrias, com o objetivo de substituir as exportações. Entretanto, para analisar a teoria dos *choques adversos* seriam necessárias duas interpretações: a versão extrema e a interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro por Tavares (1973) e Furtado (1972), segundo Suzigan (1986).

A versão extrema dos *choques adversos*, segundo o pensamento Cepalino sobre a origem das indústrias no Brasil, pode ser discutida em duas etapas: a primeira etapa é o desenvolvimento voltado para fora (agroexportação) e a segunda etapa, o desenvolvimento voltado para dentro (indústria). O crescimento brasileiro voltado para fora esteve baseado no setor exportador que era responsável pelo crescimento econômico do país. Tal crescimento era caracterizado como dependente e incapaz de estimular o desenvolvimento

industrial. O crescimento voltado para dentro teve o objetivo de suprir a procura interna e dar crescimento econômico para o país a partir da indústria. Para Suzigan (1986), a *industrialização substitutiva de importações* (ISI) não efetuou mudanças substanciais, dando assim, à emergência da teoria da dependência². Assim, a versão extrema dos *choques adversos* foi criticada pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) como uma teoria que explica o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Já as interpretações do desenvolvimento industrial brasileiro por Furtado (1972) e Tavares (1973), segundo Suzigan (1986) não corresponde com a versão anterior. Furtado e Tavares, afirmavam, que houve diferença no desenvolvimento econômico antes e depois de 1930. Nesse contexto, o desenvolvimento industrial antes da década de 1930 se deu pelo crescimento da renda interna em virtude do setor exportador. Com o crescimento da renda gerada pelas exportações se originou a expansão industrial. Esse crescimento, para Suzigan (1986), pode ser considerado como uma mera extensão da economia de exportação, seu crescimento era limitado porque dependia em última instância do desenvolvimento da agricultura.

Depois da década de 1930, o desenvolvimento industrial foi caracterizado de *industrialização substitutiva de importações* (ISI). Esse tipo de industrialização surgiu com o objetivo de dinamizar a economia nacional depois das crises internas e externas (Primeira Guerra Mundial, a crise do café em 1929 e a Grande Depressão de 30). Segundo Suzigan (1986), a crise foi induzida principalmente pelas mudanças estruturais causadas pelo declínio, ou crescimento insuficiente do setor exportador após a crise cafeeira.

Tanto para Furtado quanto para Tavares conforme Suzigan (1986), o resultado da *industrialização substitutiva de importações*, foi uma resposta para a crise dos *choques adversos*. Em suma, os dois autores, concluíam que a teoria dos *choques adversos* era um caso específico que só poderá ser analisado no período anterior ao ano de 1930.

² A Teoria da Dependência emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial na América Latina pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) com o objetivo de analisar o quadro da economia local e suas relações da região com o resto do mundo. Essa teoria buscava contrapor os modelos de desenvolvimento existentes, buscando um desenvolvimento pelas necessidades da nossa região, defendida a partir da tese de que para desenvolver deveria implantar parques industriais sendo orientado pelo Estado. Em suma, a Teoria da Dependência mostrou que o padrão de desenvolvimento posto, deixava as economias periféricas dependentes de capital e tecnologia, mas para superar tudo isso deveria criar o nosso padrão de industrialização e desenvolvimento (MARINI, 2000).

A segunda interpretação decorreu da *industrialização liderada pela expansão das exportações* a partir do desenvolvimento industrial que era dependente do desempenho das exportações, ou seja, o setor industrial somente se desenvolvia durante a fase boa da exportação, em anos de baixo desempenho das exportações o desenvolvimento industrial se retardava.

O desenvolvimento industrial dessa fase esteve relacionado com a economia agrário-exportadora: o café. Por isso, tanto para Dean (1976) quanto para Suzigan (1986), afirmam que o setor exportador estimulou o desenvolvimento industrial. O comércio do café lançou as bases para o desenvolvimento industrial por várias razões: em primeiro lugar, ao promover a monetização da economia e o crescimento da renda interna, o café criou um mercado para produtos manufaturados; em segundo lugar ao promover o desenvolvimento das estradas de ferro e o investimento em infraestrutura, ampliou e integrou esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuiu para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e em quarto ao promover a imigração, que aumentou a oferta de mão-de-obra. Além disso, a exportação de café supria os recursos em moeda estrangeira para as importações de insumos e bens de capital para o setor industrial.

O comércio liderado pelas exportações foi responsável também pelo desenvolvimento da renda interna, pelo sistema de transporte ferroviário, pela criação de produção e distribuição de manufaturados, pela oferta da mão-de-obra e pela circulação de moeda estrangeira no Brasil. Entretanto, a participação do capital estrangeiro³ e do Estado brasileiro, foi determinante para o desenvolvimento da industrialização liderada pelas exportações (SUZIGAN, 1986).

Todavia a terceira interpretação teve centralidade no *desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro* que se originou da expansão da economia agrário-exportadora cafeeira. As discussões sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro possuíam duas interpretações: a) a tradicional doutrina da CEPAL; b) as interpretações sobre o desenvolvimento da industrialização brasileira.

³ Especificamente nas indústrias/armazéns de beneficiamentos de grãos que estiveram presente na dinâmica agrícola brasileira até 1950.

A tradicional doutrina da CEPAL estava balizada no desenvolvimento do capitalismo tardio, que teve o seu marco inicial no ano de 1888, quando ocorreu a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Contudo, a economia mercantil nacional enfatizou um novo padrão de produção capitalista pela economia agrário-exportadora.

O capitalismo tardio brasileiro substituiu a tradicional dicotomia fatores externos e fatores internos como motores de crescimento industrial, por uma interpretação que visualizava o crescimento como primordialmente um resultado de um processo de acumulação do capital no setor exportador, o qual por sua vez, depende da procura externa (SUZIGAN, 1986, p 33).

Esse crescimento do capitalismo industrial no Brasil dependia tanto da economia externa quanto (como) da interna. Mas, segundo a tradicional teoria Cepalina foi possível considerar que o crescimento voltado para fora se estendeu até em 1929. Posteriormente, o padrão de desenvolvimento passou a ser voltado para dentro no ano de 1930. Entretanto, a partir da década de 1930, o investimento no setor secundário (indústria) aumentou em virtude da crise do setor agrário exportador (SUZIGAN, 1986).

De modo geral, a interpretação do desenvolvimento da industrialização brasileira se baseou na acumulação do capital agrário-exportador e do comércio-exportador. O desenvolvimento industrial se originou da acumulação de capital no setor exportador e, posteriormente, foi destinado ao investimento no setor industrial. O capital industrial era considerado uma extensão do capital cafeeiro, ou seja, ele faz parte do complexo agrário-exportador de café, como: a estrada de ferro, o comércio de importação e exportação, as unidades bancárias nacionais, etc. Entretanto, Suzigan (1986), afirmava que era nesta fase que ocorriam os vazamentos de capitais cafeeiros para a indústria durante os períodos de expansão das exportações. Ainda conforme o autor, o tipo de industrialização que se estabeleceu foi principalmente a de bens de consumo não-duráveis (vestuários-alimentos-bebidas). Contudo, a indústria de bens de capital que se localizava nos países centrais não se desenvolveu, impedindo, assim, a autonomia da acumulação para o desenvolvimento do país. Tal o desenvolvimento da industrialização nesta fase mostrava a dependência do capital industrial perante o capital cafeeiro. A industrialização conseguiu se expandir somente no período após os anos 1930.

A última interpretação pode ser analisada pela *industrialização promovida pelo governo* – em que o Estado incentivou a industrialização através da proteção tarifária e concessão de incentivos (subsídios). Para tanto, a contribuição do governo nesta fase se deu em duas etapas: antes e depois da Primeira Guerra Mundial.

Antes da Primeira Guerra Mundial havia uma forte proteção aduaneira e alfandegária cujo objetivo era o protecionismo do mercado nacional. A base desta proteção estava no controle da taxa de câmbio e na sua depreciação. Com o início da Primeira Guerra Mundial ocorreu uma desvalorização das taxas de câmbio e houve restrições à importação. Entretanto, diante desse cenário a proteção aduaneira se tornou secundária de acordo com a situação econômica e era necessário desenvolver a industrialização para substituir as importações para não prejudicar o balanço de pagamentos (SUZIGAN, 1986).

Após a Primeira Guerra Mundial o Estado passa a desenvolver a industrialização, não no geral, mas a industrialização específica pela indústria de transformação (indústria de base). O Estado brasileiro estimula o desenvolvimento da indústria de transformação devido à escassez de insumos e de matérias-primas básicas durante a Primeira Guerra Mundial. Veja o exemplo segundo Suzigan (1986), sobre a indústria do aço.

No caso do aço o governo federal havia tentado antes da guerra embora sem sucesso. A decisão de fomentar a produção interna de aço já naquele período foi tomada com a finalidade de reduzir as importações, que estava sobrecarregando a balança comercial, e também como condição necessária para o desenvolvimento da indústria e por questões de segurança nacional (SUZIGAN, 1986, p. 42).

Segundo o autor, o governo percebendo que era dependente da importação de materiais básicos, começou a estimular a produção de aço, da soda cáustica, do óleo de caroço de algodão e das carnes industrializadas. Posteriormente, os subsídios foram estendidos à produção de cimento, de papel e de pasta, dos produtos de borracha, de fertilizantes e dos fios de seda. Esses incentivos ultrapassaram a década de 1930, em virtude do desenvolvimento voltado para dentro, como veremos no próximo subtópico.

A industrialização brasileira de 1930/55

A industrialização brasileira no período de 1930/55 se deu pela predominância dos interesses da burguesia industrial defendida pelo Estado. Contudo, a industrialização, nesta fase, ocorreu devido à ruptura com a burguesia agrário-exportadora e o surgimento de um novo padrão de acumulação voltado para dentro (*industrialização substituição de importações*). Veja o exemplo, conforme Cano (1998), sobre a mudança do padrão de acumulação de capital no período da Depressão de 30.

[...] no período de 1929/33 se alterou o caráter principal do antigo padrão de acumulação (o modelo “primário-exportador” ou “o desenvolvimento para fora”). Ou seja: a dominação que as exportações exerciam sobre a determinação do nível e ritmo da atividade econômica do país passaria à segundo plano. A partir desse momento, seria a indústria o principal determinante do nível de atividade. No dizer de Furtado, dar-se-ia o deslocamento do centro dinâmico da economia nacional (CANO, 1998, p.172).

Doravante, com a crise do setor agrário-exportador foi necessário investir na industrialização para superar os impactos provocados pelos *choques adversos*. Por isso o desenvolvimento desse período era voltado para dentro. Nessa fase a industrialização pode ser compreendida por três pontos chaves: a) analise a industrialização antes e depois de 1929; b) verificar a contribuição externa das grandes empresas; e, por último, c) analise o papel do Estado na política do desenvolvimento industrial (CANO, 1998).

A industrialização antes e depois da crise da 1929 esteve baseada em duas teorias: a *industrialização artificial* e a *industrialização restringida*. Nesse sentido, sabemos que a *industrialização artificial* se deu no início da década de 1920, quando a economia agrário-exportadora fez surgir um capital constante que se dirigiu para a atividade industrial e cuja instalação desse modo de produção que fizera com que o capital adquirisse certa autonomia, rompendo, assim, com o padrão de acumulação mercantil exportador. Para Aureliano (1999), a característica das indústrias artificiais ocorreu porque era estranha a um padrão de acumulação com o qual a dinâmica era comandada pelo capital exportador e, também, pelas condições sociais e políticas que eram definidas através das relações de dominação impostas pela fração hegemônica da burguesia exportadora. Contudo, essa característica se estendeu até a crise do setor agrário exportador em 1929.

A *industrialização restringida* se originou a partir de 1933, como uma nova forma de acumulação de capital, que surgiu após a recuperação da crise de 1929. Somente em 1933, que se convencionou chamar de *industrialização restringida* (CANO, 1998). A partir dessa fase o Brasil não teve mais a sua acumulação baseada no capital primitivo. Para Aureliano (1999), era necessário que se verificasse como foi desenvolvimento desse capitalismo que ensaia sua autodeterminação, mas continua constrangido pela “herança exportadora” a permanecer subdesenvolvido⁴.

A contribuição externa das empresas mostrava que a burguesia industrial capitalista brasileira estava em busca de um novo padrão de desenvolvimento voltado para dentro com o intuito de promover a *industrialização substitutiva de importações (ISI)*, por isso solicitou a colaboração das empresas estrangeiras. Tanto para Fernandes (1975) quanto para Dundes (1998), a economia brasileira no impulso de atingir o crescimento econômico do mercado interno e da industrialização depositou suas esperanças na “colaboração estrangeira”, pois esperava que a iniciativa de transferência de filiais das grandes corporações e de capital externo para o país dinamizasse o mercado interno, que contribuísse para diminuir seu grau de dependência em relação às economias centrais e ao mercado mundial. Mas, ao contrário do que esperava a burguesia nacional, a dominação imperialista se acentuou nesse processo.

As grandes empresas estrangeiras conseguiram chegar a um estágio (nessa fase) de quase monopólio do mercado brasileiro. Porém, elas não corresponderam às expectativas para alcançar o desenvolvimento do capitalismo monopolista, em virtude do excedente econômico e das matérias-primas serem destinados para as economias centrais (EUA e Europa), colaborando para o desenvolvimento e expansão do capital monopolista nas economias centrais.

A partir da década de 1950, as grandes empresas de capitais externos no Brasil tiveram um papel importantíssimo na evolução do capitalismo monopolista, devido à decisão

⁴ Partimos do subdesenvolvimento pelo economista Celso Furtado (1961) que abordou a realidade latino-americana, fazendo um esforço para compreender a história do pensamento social, por uma teórica própria balizada pela periferia do capitalismo - subdesenvolvimento. Por subdesenvolvimento entendemos que não é estágio/fase/estado em que está direção a uma situação superior e ideal de progresso. Mas, uma “mal” formação estrutural com grande capacidade de persistência, cumulatividade e alta capacidade de reprodução, isto é, um sistema de quase irreversibilidade. É dificilmente reversível porque reforça suas estruturas tradicionais de dominação. Ou seja, se não for contraposto por forças de enfrentamento/intervenção poderosas, não será superado.

de transferir o modelo de desenvolvimento das economias centrais para periferia. A vinda dessas empresas de capitais externos acelerou o desenvolvimento do capitalismo monopolista.

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro e da industrialização no período de 1930/55 se originou da transição da economia agrário-exportadora para a economia burguesa industrial, tal burguesia surgiu se unindo com as velhas oligarquias agrárias, na busca de se concretizar no poder, utilizando o Estado em favor de seus próprios interesses. Com a crise de 1930, foi restringido o investimento industrial, em virtude da queda da capacidade de importar. Devido à proibição do governo no período de 1931/1937 de importações e equipamentos de vários setores industriais.

Entretanto, o desenvolvimento industrial desse período esteve voltado para as exportações, que ocorreu somente naquelas regiões em que a indústria não teve um surto de expansão. Posteriormente, teriam que voltar a sua produção para o mercado interno encerrando o modo de produção para o exterior e se voltando apenas para o mercado nacional.

As exportações para o exterior teriam passado à segundo plano como determinante da renda, continuaram (e continuam) a cumprir o importante papel de possibilitar capacidade para importar (parcelas importantes) dos bens de produção da economia, com predominância acentuada nas importações para a indústria. Isso se deve a industrialização restringida à produção nacional de bens de produção (CANO, 1998, p.173).

Para o autor, esse processo de *industrialização restringida* era contraditório. Para a industrialização brasileira de *substituição de importações* dar prosseguimento à sua produção era necessário importar matérias-primas básicas para sua expansão. Contudo, a industrialização nessa fase, ficou restringida à indústria de bens de consumo em virtude de não pressionar o balanço de pagamentos, de não comprometer a reprodução do capital – em suma, não comprometendo assim, a industrialização brasileira.

O avanço industrial até 1939 foi bastante contido pelas restrições de bens de capital (máquinas e equipamentos), mas havia grande esforço interno para superar a falta de matérias-primas básicas para a produção. Entretanto, somente depois da Segunda Guerra Mundial que o Estado conteve a crise econômica da burguesia industrial, devido as suas ações em favor da industrialização nacional após 1950.

No imediato pós-guerra e até 1953, a supervalorização cambial, barateando os equipamentos importados, favoreceu bastante a acumulação industrial. A reforma cambial de 1953, instituindo o sistema de taxas múltiplas de câmbio, não só dava continuidade àquele privilégio como elevava as margens de proteção à indústria, principalmente de bens de consumo. Assim, a expansão industrial entre 1947/1955 dar-se-ia a ritmo mais alto (9% ao ano) do que a verificada no período de 1939/1947, quando cresceu à média anual de 6,6% ao ano. (CANO, 1998, p.73-74)

A participação do Estado se mostra importantíssima no processo de transição das atividades industriais entre as décadas de 1930 e 1960. O Estado estimulou a transferência do capital agrário para a indústria através de investimentos em infraestrutura e políticas econômicas como: organização do mercado financeiro, incentivos que privilegiassem a exportação e a economia industrial.

Em síntese, de acordo com Fernandes (1975) e Dundes (1997), depois da revolução de 1930, a decisão interna em favor do impulso externo ao desenvolvimento do capitalismo monopolista, aos poucos foi tornando-se mais nítida. No fim da década de 1950, se fixou em favor ao desenvolvimento da industrialização, mas foi sobretudo a partir do golpe militar em 1964, que essa decisão interna se tornou o principal dínamo político de todo o processo de desenvolvimento do capital monopolista no Brasil.

Síntese da industrialização tardia brasileira

Nesse sentido, a dinâmica industrial da economia brasileira se consolidou através do processo de *industrialização substitutiva de importações (ISI)* entre os anos 1930 e 1980. Foram cinquenta anos de políticas industriais dinamizadas pela tutela do Estado. Tal desenvolvimento buscava um crescimento rápido da industrialização nacional. Para Brum (2000, p. 191), “a industrialização era tida como a chave para o desenvolvimento. Ao lado de uma agricultura forte, era fundamental a implantação e expansão de um parque industrial”. Com isso, entre as décadas de 1930 e 1950, o país passou por uma profunda transformação na base do seu sistema capitalista, tendo como paradigma a mudança da hegemonia do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial (SOUSA, 2021; SOUSA, 2010b). Assim, a industrialização emergiu como o viés de *substituição de importações* após o *crack* da bolsa de Nova York.

Foi a partir de 1933 que a economia brasileira começou a se recuperar da crise de 1929, apostando no setor industrial, que passou a comandar o processo de acumulação de capital no país (CANO, 1998). Com a *substituição de importações* se pretendia expandir a industrialização para além dos ramos têxtil e alimentício, procurando trabalhar com atividades manufatureiras mais complexas no setor de bens de consumo duráveis, visando a consolidação do capitalismo industrial. Nesse sentido, as políticas industriais do Governo Vargas fomentaram o desenvolvimento do país pelas industriais de bases balizadas na atuação do Estado através dos investimentos em infraestrutura básica e de incentivos à empresa privada nacional (SUZIGAN, 1986; CANO, 1998).

Os investimentos realizados pelo Estado nos setores industriais, no período de 1930-1950, não foram suficientes para alavancar o processo de industrialização. Contudo, somente após a implantação do Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) e, depois, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) no Governo Geisel (1974-1979), que a industrialização se deu de forma sólida, onde o Estado se tornou responsável pela política de *substituição de importações* do país, com o apoio das empresas multinacionais do ramo de tecnologia de ponta: metalmeccânico (automobilística), químico (petróleo, farmacêutica etc.) e eletroeletrônico (BRUM, 2000).

Destarte, ficou evidente que, com a internacionalização da economia brasileira, a empresa multinacional ganhou maior espaço em detrimento da indústria privada nacional, se destacando em setores mais dinâmicos de grande volume de capital e de alta tecnologia. Nele o desenvolvimento autônomo com forte base industrial esteve balizado na indústria privada nacional se esgotou após a II Guerra Mundial e o Estado comandou de vez o processo de industrialização como empreendedor (SOUSA, 2010ab). Posteriormente, o Estado passou a atrair empresas multinacionais para os setores estratégicos, buscando, assim, consolidar o processo de internacionalização da economia brasileira.

Um dos resultados da política de industrialização por substituição de importações, sob a proteção do Estado, foi a construção de uma economia (indústria) acentuadamente fechada, isto é, com pequena participação do mercado internacional e, portanto, sem o desafio de precisar modernizar-se continuamente para enfrentar a concorrência de outros países (BRUM, 2000, p. 224).

Apesar do rápido crescimento econômico brasileiro, na década de 1970, não conseguimos consolidar um desenvolvimento autônomo, devido à baixa capacidade de poupança interna, à falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento industrial, ao baixo nível cultural dos trabalhadores, ao grande endividamento externo e, por fim, à elite dirigente entreguista que passou para as empresas multinacionais a dianteira da dinâmica industrial do país.

Na década de 1980, o Estado era protagonista do desenvolvimento industrial sob o viés de *industrialização substitutiva de importações* que entra em crise devido à conjuntura internacional (choque do petróleo, Guerra do Vietnã, fordismo, entre outras) e nacional (dívida externa, inflação e desemprego). Com isso, surgiu um novo modelo de desenvolvimento econômico pautado numa nova ideologia denominada de neoliberalismo. Nessa perspectiva, a base produtiva liderada pelo Estado cede lugar aos agentes de mercado que dinamizam a especulação financeira, consolidando o capitalismo financeiro⁵.

Como podemos verificar, a economia industrial externa, na década de 1980, teve um crescimento econômico balizado na capacidade produtiva/tecnológica, na ampliação dos mercados e no sistema monetário forte. Ao contrário da economia brasileira, que teve uma desaceleração econômica, um déficit no balanço de pagamentos e uma deterioração do parque industrial. Isto quer dizer que as políticas industriais protecionistas da *substituição de importações* e as crises internas/externas do período provocaram certo atraso tecnológico (sucateamento do parque produtivo), deixando, assim, a indústria nacional menos competitiva no circuito produtivo e financeiro internacional (SOUSA, 2021; SOUSA, 2010b).

Porém, a política industrial que sustentava o modelo de *substituição de importações* via indústrias de base e protecionismo entra em colapso nos anos 1980 devido às crises econômicas internacionais (choque do petróleo) e nacionais (dívida externa, inflação e desemprego) do período. Já na década de 1990, com a abertura da economia à competição internacional, o mercado assumiu, no lugar do Estado, centralidade na dinâmica industrial, procurando reestruturar e modernizar, gradativamente, o parque industrial nacional pela

⁵ A mundialização financeira pode ser considerada por François Chesnais como um conjunto de “estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados” (1998, p. 12).

capacidade tecnológica e produtiva (BRUM, 2000). Essas mudanças aconteceram pela estabilização monetária (plano real), pela desregulamentação dos mercados, pela privatização das empresas públicas e pelas fusões e aquisições de empresas.

Nos anos 1990, o Estado procurou combater a inflação e controlar a dívida externa para a retomada do crescimento econômico. Entraram em cena as políticas neoliberais: a) abertura da economia ao mercado globalizado; b) desregulamentações dos mercados nacionais balizada pela privatização das empresas públicas e pelas fusões/aquisições de empresas (BRUM, 2000). Com a estabilização monetária (plano real) as empresas nacionais tiveram que aumentar a sua capacidade produtiva e tecnológica devido à competitividade das empresas estrangeiras e nacionais ocasionada pela abertura comercial em 1992.

No limiar do século XXI, medidas estratégicas foram tomadas pelas empresas multinacionais e nacionais a partir da reestruturação produtiva⁶, visando ultrapassar a recessão econômica dos anos 1990 e 2000 e ampliar o mercado devido à concorrência estrangeira (SOUSA, 2010a). Assim, as empresas multinacionais foram importantes no país, pois elas imprimiram um padrão de produtividade, de inovação tecnológica e de qualificação dos trabalhadores – tendo a acumulação flexível⁷ como referência da abertura econômica. Tal padrão colocou a indústria brasileira na economia globalizada.

⁶ A reestruturação produtiva emergiu em resposta a crise estrutural do capital que se intensificaram pelas mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais. Tal reestruturação teve o intuito de alavancar o processo de reprodução do capital. Por meio dela se começa a pensar em novas formas de organização do processo produtivo, gestão e organização do trabalho, novas técnicas e novos produtos (ANTUNES, 2011).

⁷ “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transportes possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (HARVEY, 1993, p. 140).

Considerações finais

Podemos sintetizar que, a indústria brasileira emergiu dos capitais advindos da cafeicultura e seus rebatimentos foram para além da indústria, sendo destinada para a ferrovia, a infraestrutura e as importações. Nas origens das indústrias no país o motor de acumulação do capital teve centralidade na economia de agroexportação até 1930, que estava em dificuldades pelas crises de superprodução cafeeira e dos preços do café no mercado financeiro internacional. Posteriormente, a indústria de bens de consumo não-duráveis incipiente era comandada pela burguesia nacional que não era suficientemente pujante para alavancar a industrialização.

Nesse contexto, o processo de industrialização no Brasil se fazia necessário pelo governo a partir das indústrias de base que procurou de 1930 a 1980 dinamizar a política econômica de “*substituição de importações*”, pois a burguesia brasileira não tinha capacidade de capital e nem de conhecimento (gerencial/tecnológico) para verticalizar esse processo produtivo. De fato, coube ao governo nos moldes do *keynesianismo* impulsionar a produção industrial e as infraestruturas urbanas via desenvolvimento voltado para dentro. Para completar o processo produtivo além das indústrias de bens o Estado promoveu a entrada das empresas multinacionais de bens consumo duráveis (eletrodoméstico, eletroeletrônico e automobilístico) e de indústrias de capital (máquinas, equipamentos e implementos), entre 1950 à 1970.

Assim, quando terminou a industrialização substitutiva de importações (ISI), nos anos dos anos 1980, o mercado deu prosseguimento no setor secundário após a democratização do país, em especial com a abertura comercial em 1992, que colocou o industrial brasileiro numa situação de processo de desmonte e sucateamento das unidades produtivas, que antes era “blindado” pelo protecionismo da ISI. No entanto, algumas indústrias domésticas sobreviveram à concorrência das multinacionais e as que se adaptaram puderam concorrer/competir com as multinacionais, essa disputa aconteceu de forma desigual/desleal (capital/tecnologia) no território brasileiro, permanecendo no século XXI.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

AURELIANO, Liana. **No liminar da industrialização**. 2.ed. Campinas: Unicamp. IE, 1999.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes/Unijuí, 2000.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1997**. 2.ed. Campinas: IE, 1998.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**. Ed. Universidade de São Paulo, 1976.

DUNDES, Ana Cláudia. **O processo de (des) industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente**. Presidente Prudente/SP: FCT/Unesp, 1998. (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro/RJ: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 25 ed. São Paulo: Nacional, 1972.

HARVEY, David. **Condições pós-modernas**. São Paulo: Loyola, 1993.

MARINI, Ruy Mauro. **“Dialética da dependência”**. In: SADER, Emir. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MELO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento**. 10 ed. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

NIVEAU, Maurice. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

SOUSA, Adriano Amaro de. **A geografia histórica da industrialização regional no Oeste Paulista: o exemplo das industriais dos municípios de Marília/SP e de Presidente Prudente/SP.** In: Ivânio Folmer; Thales Silveira Souto. (Org).

Desenvolvimento regional: política, planejamento e economia. 1ºed. Santa Maria/RS: Editores Arco, 2021, p. 221-233.

SOUSA, Adriano Amaro de. **A dimensão geo-histórica do industrial nipo-brasileiro no contexto do Oeste Paulista.** In: SPOSITO, E. S.; BOMTEMPO, D. C.; SOUSA, A. A. (Org). Geografia e migração: movimentos, territórios e territorialidades. 1ed. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2010a, p. 177-199.

SOUSA, Adriano Amaro de. **O vôo do tsuru: o empresariado nipo-brasileiro.** Presidente Prudente. 2010b. Dissertação de Mestrado em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia pela Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP.

SOUSA, Adriano Amaro de. A formação histórica do Oeste Paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. Presidente Prudente/SP: **Geografia em Atos** (Online), v.8, p. 1-10, 2009.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira.** 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TZMRESÁNYI, Tamas. Celso Furtado e o início da industrialização no Brasil. **Revista de economia política**, vol. 22, nº (86), p.3-14, abril-junho/2002.